

## TURISMO RURAL EDUCACIONAL COMO PRÁTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Lígia Fiedler<sup>1</sup>  
Marlowa Zachow<sup>2</sup>  
Clério Plein<sup>3</sup>  
José Paulo de Souza<sup>4</sup>

**Resumo:** *O objetivo deste estudo é apresentar uma proposta de implantação do turismo rural educacional em uma propriedade rural, como projeto piloto para o desenvolvimento em propriedades rurais que compõem a Bacia Hidrográfica Paraná III. O turismo rural didático, ou educacional, é também chamado de turismo rural pedagógico (TRP), termo que vem sendo utilizado em estudos recentes sobre esta temática. Os procedimentos metodológicos contemplam uma pesquisa com abordagem qualitativa, por meio de observação sistemática e entrevista estruturada para o levantamento dos dados e informações. Os resultados parciais obtidos por meio do levantamento de dados demonstram possibilidades de desenvolvimento do TRP na propriedade estudada.*

**Palavras-chave:** *Agricultura familiar. Educação ambiental. TRP.*

## EDUCATIONAL RURAL TOURISM AS A PRACTICE OF ENVIRONMENTAL EDUCATION

**Abstract:** *The objective of this study is to present a proposal for the implantation of educational rural tourism in a rural property, as a pilot project for the development in rural properties that make up the Paraná III Hydrographic Basin. Didactic, or educational, rural tourism is also called pedagogical rural tourism (TRP), a term that has been used in recent studies on this theme. The methodological procedures include a research with a qualitative approach, through systematic observation and structured interview to collect data and information. The partial results obtained through the data survey demonstrate possibilities of developing the TRP in the studied property.*

**Key words:** *Family farming. Environmental education. TRP.*

## INTRODUÇÃO

Os temas abordados no referencial teórico estão, de alguma forma, relacionados ao turismo rural pedagógico, no sentido de desenvolver o TRP em propriedades rurais familiares, primordialmente que possuam uma produção orgânica ou com foco na agroecologia, o que vem de encontro com o desenvolvimento sustentável, que conduz a uma preocupação com a preservação do meio ambiente e qualidade de vida da população. Engloba ainda uma abordagem sobre a multifuncionalidade da agricultura, que se refere ao uso de áreas rurais para diferentes finalidades ou funções, como é o caso do turismo rural e do turismo rural pedagógico, que tem como finalidade principal desenvolver no espaço rural atividades educativas.

O meio rural viu surgir, a partir da década de 1990, novos conceitos e práticas vinculadas a ele, como a multifuncionalidade da agricultura ligada a valorização das diversas funções que

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá. ligiaf.adm@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. marlowaz@hotmail.com.

<sup>3</sup> Professor no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. clerioplein@gmail.com.

<sup>4</sup> Professor associado no Departamento de Administração da Universidade Estadual de Maringá. jpsouza@uem.br.

podem ser desenvolvidas por meio dela. Assim, conforme trata Silva (2015), este “novo rural” é caracterizado pela diversidade de ocupações, serviços e funções.

O desenvolvimento rural passou de uma visão apenas setorial para uma visão integrada com outros setores e com a sociedade, abrindo-se novas dimensões e possibilidades, além da produção de matéria prima e de alimentos. O reconhecimento dos aspectos socioculturais e ambientais da agricultura abre alguns debates sobre a multifuncionalidade da agricultura, demonstrando a importância das funções econômica, social, ambiental e cultural que a agricultura apresenta relacionada aos fatores de sustentabilidade.

A noção de multifuncionalidade da agricultura compreende os produtos, equipamentos e serviços criados por atividades agrícolas em benefício da economia e da sociedade. Estas características permitem a evidenciação de outras potencialidades do meio rural e da atividade (KLEIN; SOUZA, 2013).

Vinculados a esta nova percepção da agricultura, surgem serviços e ocupações diversificadas que podem ser desenvolvidas no meio rural e, dentre essas, o turismo rural. De acordo com o Ministério do Turismo (MTur), o turismo rural utiliza como elemento vital os recursos culturais do território rural, que leva a viagem ao universo ambiental, histórico e vivencial, e que também permite a integração com o cotidiano da roça e a lida do campo. O turismo rural tem princípios fundamentais que regem o segmento, sendo a valorização territorial, a preservação das raízes rurais, a autenticidade do produto, a sustentabilidade ambiental e a identidade e o envolvimento da comunidade em nível local e regional (BRASIL, 2017).

Incorporadas às atividades do turismo rural, podem ser desenvolvidas ainda funções pedagógicas e recreativas, que em interatividade proporcionam a prática do turismo rural pedagógico (TRP), o qual traz para a educação uma nova estratégia pedagógica. O TRP é definido como um conjunto de atividades práticas realizadas no ambiente rural utilizando como recurso didático as atividades agrícolas, a produção agropecuária e os recursos naturais e culturais existentes na propriedade. Além disso, o TRP apresenta-se como uma estratégia de revalorização do rural e resgate dos valores culturais das comunidades por meio da troca de experiências entre cidadãos e produtores rurais (KLEIN, 2012).

Ainda para a autora citada, o TRP pode ser visto como prática de educação ambiental, pois desponta tanto como uma alternativa socioeconômica, auxiliando na permanência dos agricultores no campo, já que gera rendas complementares e a valorização de seus conhecimentos e saberes, como para os estudantes, no sentido de possibilitar um aprendizado diferenciado e experiências em contato com elementos da natureza. Desse modo, acredita-se que

a educação ambiental pode ser desenvolvida ou praticada por meio do TRP, sendo considerado um meio de aprendizagem orientado pela experiência.

A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 instituiu uma Política Nacional de Educação Ambiental e com isso tornou a Educação Ambiental obrigatória em todos os níveis do ensino formal da educação brasileira. Essa lei resultou de um longo processo de interlocução entre ambientalistas, educadores e governo, tornando-se um marco histórico da Educação Ambiental no Brasil (CUBA, 2010). De acordo com o autor, a citada lei define a educação ambiental como um processo pelo qual é possível construir valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, essencial para a qualidade de vida da população.

É possível perceber, pelo exposto, que a educação ambiental pode ser um caminho para mudar atitudes, onde o indivíduo passe a perceber a importância da consciência ambiental no meio que ele vive (CUBA, 2010).

Assim, nota-se que a função educativa da agricultura desempenha um papel cada vez mais importante na sociedade, principalmente aos estudantes, na medida em que possibilita a oportunidade de aprender na prática temas relacionados ao patrimônio rural, os costumes e tradições, os saberes e fazeres do homem do campo, desenvolvendo atividades que favorecem a valorização da paisagem rural.

O objetivo do trabalho é apresentar uma proposta de implantação do turismo rural pedagógico (TRP) em uma propriedade rural. A importância deste estudo justifica-se por ser o TRP um tema ainda pouco abordado academicamente no Brasil, sem um aporte teórico que favoreça a compreensão acerca de suas definições e características, sendo poucas as literaturas existentes que tratam especificamente sobre o tema. As discussões acerca do TRP são relativamente recentes, não havendo ainda muitas pesquisas sobre atividades pedagógicas em propriedades rurais, principalmente no Estado do Paraná. Uma das primeiras definições de TRP foi elaborada apenas no ano de 2005. Embora se perceba que o TRP ainda é considerado um tema pouco estudado, as experiências envolvendo essa prática tem se consolidado e se expandido em diferentes países, o que demonstra a relevância desse tema no cenário brasileiro.

## **Referencial Teórico**

### **Desenvolvimento Sustentável**

Segundo palestra proferida por M. S. Swaminathan (citado por SACHS, 2002, p. 29), “uma nova forma de civilização, fundamentada no aproveitamento sustentável dos recursos renováveis, não é apenas possível, mas essencial”. Isso demonstra uma preocupação em

preservar os recursos naturais, tanto para a sobrevivência dos seres humanos no presente, como para as gerações futuras, já que esta é a premissa básica do desenvolvimento sustentável.

Veiga (2010), cita que alguns estudiosos, que ele chama de “gurus” do desenvolvimento, têm uma visão apenas quantitativa do desenvolvimento, ou seja, o definem apenas como sinônimo de crescimento, ignorando os processos qualitativos histórico-culturais, o progresso não linear da sociedade, as abordagens éticas e os impactos ambientais que necessariamente devem fazer parte do desenvolvimento. Segundo o autor, o desenvolvimento deve ser entendido como um processo de transformação da sociedade.

O crescimento é um fator importante para o desenvolvimento, no entanto, não possuem o mesmo significado, pois no crescimento a mudança é quantitativa, enquanto no desenvolvimento ela é qualitativa (VEIGA, 2010). O crescimento é uma condição necessária ao desenvolvimento, mas de forma alguma suficiente para que se possa alcançar uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos (SACHS, 2002).

O objetivo básico do desenvolvimento, segundo Veiga (2010), é aumentar as “liberdades humanas”. Essa abordagem do desenvolvimento como liberdade é feita por Sen (2010), e diz que a premissa básica do desenvolvimento são as próprias pessoas. Isto é, o processo de desenvolvimento pode expandir as capacidades humanas, melhorando as escolhas que as pessoas têm para viver vidas plenas, criativas e com mais qualidade. De acordo com Veiga (2010), as pessoas tanto se beneficiam do desenvolvimento, como são também agentes do progresso e da mudança que provocam.

A partir dos debates acerca do desenvolvimento, surgiu a preocupação com o caráter sustentável do desenvolvimento, chamando a atenção para problemas de degradação ambiental, devido ao foco apenas econômico de crescimento da economia, e questões sociais de exclusão e falta de qualidade de vida da sociedade.

Neste contexto do desenvolvimento sustentável, este acrescenta outras dimensões importantes, além da econômica, que está vinculada ao crescimento e da social, que como visto, está relacionada às capacidades e liberdades humanas. Sachs (2002) apresenta cinco dimensões, ou pilares, que estão associados ao desenvolvimento sustentável:

- a) Social, que é fundamental por causa da perspectiva de ruptura ou divisão social que para deforma ameaçadora sobre muitos lugares;
- b) Ambiental, como sistema de sustentação da vida e provedora de recursos;
- c) Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;

- d) Econômico, sendo a viabilidade econômica um fator importante para que as coisas aconteçam;
- e) Político, a governança democrática é um valor fundamental e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem, pois a liberdade faz toda a diferença.

O desenvolvimento sustentável obedece ao imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras e exige a explicitação de três critérios básicos de sustentabilidade, o social, o ambiental e o econômico. Apenas as soluções que consideram esses três critérios, isto é, que promovem o crescimento econômico com efeitos positivos em termos sociais e ambientais, fazem jus a denominação de desenvolvimento (SACHS, 2002).

Acerca dos níveis em que o desenvolvimento sustentável ocorre, pode-se citar o global ou nacional, o regional e o local. O que é considerado sustentável em nível regional, pode não ser em nível nacional, por exemplo. Esta discrepância pode ocorrer devido às características de cada região (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). Por isso, deve-se pensar em políticas de desenvolvimento sustentável que atendam às necessidades específicas de cada local, região ou país.

A atividade agrícola não pode ser considerada apenas sob o aspecto da competitividade de produção, pois, além disso, desempenha um importante papel no desenvolvimento das áreas rurais ao preservar os bens e tradições culturais.

Os impactos do modelo hegemônico da agricultura industrial provocaram prejuízos econômicos, culturais, sociais e ambientais. E, a partir desses impactos negativos, surge uma preocupação acerca do modelo intensivo de produção, pois o debate sobre as questões ambientais que envolvem o sistema de produção torna-se um imperativo na sociedade atual, com vistas ao desenvolvimento sustentável (LOSEKANN; WIZNIEWSKY, 2008).

A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) declarou, em 1998, que a atividade agrícola, além da sua função primária de produção, pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais tais como, a conservação do solo, gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e preservação da biodiversidade, além de contribuir para a viabilidade socioeconômica das áreas rurais (WATANABE; SCHMIDT, 2008). Essa declaração possui um enfoque direto nos conceitos de multifuncionalidade da agricultura ou pluriatividade do espaço rural, que são debates mais recentes no Brasil.

O conceito de multifuncionalidade refere-se ao uso de uma determinada área para diferentes finalidades, uma área que consegue concretizar a realização de diferentes funções (GUIOMAR; FERNANDES; NEVES, 2007).

A multifuncionalidade no espaço rural brasileiro passa a ganhar maior destaque a partir da década de 1990. Novas atividades, agropecuárias ou não, modifica a ocupação e renda da população rural, trazendo mudanças socioeconômicas e também no uso e ocupação do espaço rural. Podem-se citar atividades como indústrias, áreas de lazer e turismo, entre outras, e intensificadas diversas atividades que agregam valor aos produtos *in natura* e processados como sendo parte dessas mudanças. (CANDIOTTO, 2009).

Para Gavioli (2011), a noção de multifuncionalidade da agricultura se constitui em um novo olhar para analisar as dinâmicas sociais no meio rural e para compreender a agricultura familiar, que passa a ser valorizada como portadora de potencialidades sociais, culturais e ambientais vinculadas à atividade agrícola. Carneiro e Maluf (2003) apontam que as principais facetas da multifuncionalidade da agricultura brasileira podem ser elencadas: a) reprodução socioeconômica das famílias rurais; b) promoção da segurança alimentar das famílias rurais e da sociedade; c) manutenção do tecido social e cultural associado a determinado território; d) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Estas múltiplas funções estabelecidas no espaço rural permitem, concomitantemente, o estabelecimento de atividades não agrícolas que diversificam as possibilidades de geração de renda entre as famílias, valorizando os saberes e práticas dos agricultores. A multifuncionalidade, como característica do espaço rural, pode ser compreendida como estratégia de desenvolvimento e de reprodução social das famílias, pois além de geração de renda econômica, proporciona a valorização do patrimônio cultural e natural presentes nas propriedades rurais (SALAMONI, 2016).

Em relação à gestão do território direcionada à multifuncionalidade rural como principal componente construtivo do espaço geográfico, é necessário um esforço teórico-empírico de integração dos planos de desenvolvimento (desenvolvimento local e desenvolvimento rural). Realizada essa integração, pode-se buscar a aplicação das práticas espaciais em um plano de gestão do território que viabilize a multifuncionalidade: a) seletividade espacial (seleção de atributos): pequena propriedade, capacidade técnica e de adaptação às diferentes funções (agricultura e turismo), recursos naturais; b) fragmentação e remembramento espacial: divisão da propriedade rural por herança, por atividade desenvolvida, tornando o espaço da propriedade integrado, hierarquizado e adaptado às diferentes funções (agrícola e não agrícola), escala espacial da propriedade; c) antecipação espacial: identificação de fenômenos naturais, sociais e culturais que possam transformar-se em novas atividades geradoras de trabalho e renda; d) marginalização espacial: não cumprimento das funções estabelecidas pelos pressupostos da multifuncionalidade, sendo que essa prática deve ser identificada e superada por ações

específicas; e) reprodução da região/território: definição dos agentes organizadores do espaço (proprietários rurais, setor público e setor privado) e das ações envolvidas e desenvolvidas com a multifuncionalidade (SALAMONI, 2016).

Assim, as funções da multifuncionalidade da agricultura permitem que sejam também identificadas outras potencialidades do meio rural e da atividade agrícola, que até bem pouco tempo não eram valorizadas pela sociedade. Ainda sob o aspecto da multifuncionalidade, destaca-se outra função dentre as já citadas, a recreativa. Para Klein (2013), a função recreativa está ligada aos espaços de lazer e às práticas lúdico-recreativas em contato com a natureza e as atividades agropecuárias.

Historicamente a agricultura familiar ou os pequenos agricultores, como eram chamados até cerca de duas décadas atrás, sempre estiveram às margens das ações dos governos no Brasil. Todavia, o fortalecimento da democracia no país, nos últimos vinte anos, trouxe importantes mudanças para o meio rural brasileiro, pois permitiu reduzir a pobreza de sua população, melhorar a distribuição de renda e dar início a alterações de comportamento empresarial no sentido de melhorar o bem-estar das pessoas e a resiliência dos ecossistemas (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

A agricultura familiar sempre teve um papel importante na economia. Para Lamarche (1999, p.13),

[...] independentemente de quais sejam os sistemas sociopolíticos, as formações sociais ou a evolução histórica, em todos os países a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa na produção.

Ainda de acordo com autor citado, em alguns lugares a exploração familiar é premissa básica para o desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado. No entanto, em outros, permanece atrasada ou ultrapassada e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência.

Esses diferentes cenários da agricultura familiar que se apresentam possuem estreita relação com as políticas públicas, as quais nem sempre são pensadas e elaboradas com vista ao desenvolvimento dessa atividade e de sua importância para a economia local, regional e nacional.

As políticas públicas, tradicionalmente, são interpretadas como ações do Estado e compreendem elementos de decisão e alocação de recursos. Porém, a elaboração de uma política pública envolve mais que um conjunto de decisões, ela envolve atores sociais (políticos, funcionários de todos os níveis, grupos de interesse, entre outros), que constroem uma ordem

local e social, assegurando a articulação e harmonização de interesses e fins individuais e coletivos (GRISA, 2012).

Assim, nota-se que a participação dos atores na elaboração de políticas públicas é necessária e importante e, essa realidade não é diferente quando se trata das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, quando verifica-se que a participação dos envolvidos seria a melhor forma de implementá-las, trazendo benefícios aos envolvidos pela ação do Estado.

De acordo com Grisa (2012), nas décadas de 1960 e 1970 houve uma importante intervenção do Estado brasileiro na agricultura no que diz respeito à criação de instituições, programas e instrumentos de política pública com o intuito de modernizar e alterar os sistemas de produção e administração dos estabelecimentos rurais. Nesse período foram criadas, por exemplo, a empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Programa Nacional de Promoção de Pequenos Produtores Rurais (Produtores de Baixa Renda), o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), que posteriormente, na década de 1995, passou a denominar-se Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), entre outros. Dentre as instituições e instrumentos que configuraram a presença de uma política agrícola ativa, o crédito rural teve papel preponderante para a modernização da agricultura brasileira.

Na década de 1990, alguns estudos foram realizados, como os de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993; 1999), impulsionando a noção de agricultura familiar. Neste contexto, os agricultores familiares passam a ser compreendidos

[...] como atores sociais dotados de relativa autonomia, participantes das transformações da agricultura e do meio rural e ocupando um lugar definido por sua capacidade de resistência e de inovação ante as imposições da sociedade e, em particular, do mercado e em função dos projetos familiares (GRISA, 2012, p, 123).

A década de 1990 iniciou com a entrada da agricultura no vocabulário científico, enquanto a década presente iniciou com uma reavaliação do significado do desenvolvimento rural. Reavaliação esta, que surge sob a forma de discussões e debates acerca das relações entre o rural e o urbano e da introdução da abordagem das dinâmicas territoriais nos processos de desenvolvimento (VEIGA, 2007).

A afirmação da agricultura familiar no cenário político e social brasileiro está relacionada, em grande parte, à criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, o qual foi criado com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio aos pequenos produtores rurais que estavam, desde a década de 1980, sendo deixados às margens das políticas públicas e passando por sérias dificuldades para conseguir se manter na atividade (SCHNEIDER, 2003).



Ploeg (2006) também faz algumas considerações relevantes sobre o tema, ele diz que a renovada atenção a respeito da agricultura familiar no Brasil reflete importantes mudanças na agricultura brasileira e demonstra o fortalecimento dos estudos rurais. Esse novo interesse pela agricultura familiar vem de encontro com os debates que ocorrem na Europa, nos quais as noções de campesinato e agricultura camponesa - termos que o autor utiliza e que estão vinculados à agricultura familiar - estão ressurgindo como importantes fatores para a compreensão de diversos processos contraditórios que ocorrem no meio rural Europeu.

A produção familiar tem um forte peso na agricultura, pois faz dela um setor do capitalismo contemporâneo, em que a mão-de-obra contratada se torna muitas vezes desnecessária, já que o trabalho e a gestão da propriedade estrutura-se em torno do grau de parentesco, ou seja, da própria família. É à volta do estabelecimento familiar que se estrutura socialmente a agricultura em países capitalistas avançados (ABRAMOVAY, 1992). No entanto, o autor chama a atenção para as disparidades que ocorrem entre os tipos de propriedades familiares (pequenas, médias e grandes) e também onde (em que país ou região) estão localizadas, pois isso influencia fortemente sua capacidade de integração aos mercados, como também o crescimento e desenvolvimento dessas propriedades familiares.

A proposta deste estudo é desenvolver o TRP em propriedades rurais familiares que possuem como uma de suas atividades principais a agricultura orgânica ou a agroecologia. Assim, busca-se numa breve abordagem, levantar informações sobre o assunto aqui tratado.

Algumas formas inovadoras de agricultura têm chamado atenção de estudiosos e pesquisadores da área, como os sistemas de produção alternativos à agricultura convencional, dentre os quais se destacam a agroecologia e a agricultura orgânica. A agroecologia, segundo Assis (2006), é uma ciência que surgiu por volta da década de 1970 como forma de estabelecer uma base teórica para diferentes movimentos de agricultura alternativa que ganhavam força com os sinais de esgotamento da agricultura moderna. É uma ciência que busca entender o funcionamento de agroecossistemas, tendo como princípio a conservação da biodiversidade dos sistemas agrícolas como base para a sustentabilidade. De acordo com os autores, a agroecologia adota como premissa básica a conservação dos recursos naturais. Premissa essa, que vem de encontro com as propostas desenvolvidas na agricultura orgânica.

A agroecologia possui uma metodologia para avaliar as formas de minimizar a artificialização do meio ambiente. De acordo com Assis (2006, p. 4) “A agroecologia propõe alternativas para minimizar a artificialização do ambiente natural pela agricultura, para o que apresenta uma série de princípios e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas” (ASSIS, 2006, p. 4). O autor cita ainda, que esse modelo de

agricultura, utiliza-se de um enfoque científico, que possui suas próprias ferramentas e teorias, o que lhe permite trabalhar no âmbito dos agroecossistemas e no desenvolvimento de sistemas agrícolas complexos e diversificados.

A agricultura orgânica não utiliza agrotóxicos e prevê o reaproveitamento de recursos naturais de forma a preservá-los, procurando alternativas que tornem a propriedade rural mais sustentável. Esse tipo de agricultura usa tecnologia de processo, em contraposição à tecnologia de produtos, usada na agricultura convencional, gerando independência, poder de decisão, conhecimento e controle dos meios de produção, produzindo e reciclando seus insumos.

De acordo com Zoldan e Mior (2012), a agricultura orgânica busca resgatar o equilíbrio ecológico natural por meio de processos e sistemas que valorizam a biodiversidade e a utilização de rotação de culturas. As pragas e doenças são controladas mediante a associação de culturas, combinações simbióticas, alelopatia e outros métodos naturais. Além disso, oferece numerosas vantagens ambientais, comparativamente à agricultura convencional, na qual os agroquímicos utilizados podem contaminar as águas, interferir negativamente nos processos ecológicos, prejudicar microrganismos benéficos e causar problemas de saúde aos produtores e consumidores.

Segundo os autores, a agricultura orgânica tem impactos sociais positivos por utilizar, preferencialmente, insumos e materiais alternativos e disponíveis na propriedade rural e/ou no seu entorno. Tem com isso um efeito importante na economia local e também na diminuição da dependência externa dos agricultores e na utilização da mão de obra da propriedade.

O mercado da agricultura orgânica é basicamente desenvolvido pela agricultura familiar, que segundo Niederle, Almeida e Vezzani (2013, p. 23), “é o segmento social que se configura como principal ofertante de alimentos orgânicos no Brasil”. Cerca de 80% dos produtores de alimentos orgânicos no país são agricultores familiares, o que, segundo os autores, demonstra significativas oportunidades, como o aumento da demanda por produtos orgânicos e agroecológicos, incentivando a criação e consolidação de associações, grupo e redes, melhorando a articulação dos agricultores familiares com outros atores sociais para fazer frente às transformações que ocorrem nesse mercado.

As ideias inseridas nesses apontamentos dos autores nos remetem a pensar sobre uma agricultura orgânica familiar direcionada a sustentabilidade como mola propulsora do desenvolvimento rural. O que vem de encontro com as propostas inseridas no TRP.

O espaço rural, atualmente, é visto como um lugar de paisagem agradável, aberta e natural que contempla recursos naturais, produção de alimentos, atividades de lazer e recreação ao ar livre, baseadas no turismo rural e ecológico, entre outros. Ou seja, o rural passa a ser

considerado um espaço de consumo, residência, lazer, turismo, esportes, além das tradicionais funções da produção agropecuária e alimentar (SOARES, 2007).

Neste espaço de múltiplos saberes e fazeres, podem ser desenvolvidas diversas atividades, dentre as quais pode-se citar a educação ambiental, que, segundo Dias (1994), é um processo permanente no qual os indivíduos e a sociedade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades e experiências que os tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais presentes e futuros.

As primeiras discussões a respeito da educação ambiental tiveram seu início a partir da década de 1960, paralelamente a movimentos de contestação dos ecologistas e estudantes. A publicação do livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson em 1962 e, de alguns relatórios, como o Relatório do Clube de Roma (Os limites do crescimento, em 1972), tiveram grande influência na realização da primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo no ano de 1972. Desde então, vários eventos em diversos países tiveram como foco a educação ambiental (SEIDEL; FOLETO, 2008).

Ainda segundo os autores, as discussões sobre a educação ambiental no meio rural, são mais recentes, tendo ênfase maior na última década do século XX. Antes da década de 1940 existia apenas uma educação suficiente, voltada à escrita, a leitura e a resolução de equações matemáticas básicas. A partir da década de 1940 novos conteúdos são inseridos, como o de ciências. E, em diferentes regiões do país as ideias do chamado “ruralismo pedagógico” vêm colaborar com as mudanças, dentro de uma nova concepção de expansão escolar voltada as necessidades específicas do meio rural brasileiro, buscando combater uma escola que desenraizava a população do campo.

Neste sentido, quando a educação ambiental está focada na resolução de problemas e é considerada um processo permanente, ela facilita o envolvimento do público. Desta maneira o processo educativo torna-se mais funcional, equilibrando ambiente natural e social e auxiliando no bem estar da comunidade. (ROOS; BECKER, 2012).

Seidel e Foleto (2008) fazem uma discussão acerca da realidade rural brasileira, marcada por uma estrutura fundiária concentradora, na qual grande parte dos médios e pequenos produtores apenas consegue produzir para a subsistência, a existência de uma educação descontextualizada com a realidade e descomprometida com um processo de transformação, acaba contribuindo para o agravamento da condição econômica e da deterioração ambiental das propriedades rurais. Assim, a educação ambiental voltada à realidade do meio rural pode ser vista como um processo que busca a formação de uma nova geração, capaz de compreender o valor de suas escolhas, não apenas como um ato individual e desconectado, mas capaz de

valorizar as tradições, a cultura, o meio rural, e desta maneira construir uma sociedade apta a promover o desenvolvimento com mais equidade e consciência ambiental (SILVA, 2015).

A educação ambiental é de grande relevância para a sociedade contemporânea, pois além de conscientizar as pessoas, faz com estas executem ideias e desenvolvam trabalhos relacionados a sustentabilidade e a preservação ambiental.

No espaço rural podem ser desenvolvidas também atividades voltadas ao turismo, dependendo das potencialidades e vocações identificadas no lugar. As atividades turísticas são bastante diversificadas e uma dessas atividades com potencial de atrair visitantes para uma determinada localidade ou região é o turismo rural.

A prática do turismo rural vem se expandindo de maneira significativa nas diferentes regiões do país, destacando-se como uma atividade não agrícola, mas que a utiliza como atrativo, com potencial para promover o desenvolvimento local, favorecendo a dinamização social e econômica das áreas rurais. Podendo ser útil ainda como instrumento para a conservação do patrimônio cultural e ambiental (SILVA, 2015)

O turismo rural pode ser desenvolvido em qualquer tamanho e tipo de propriedade rural. A noção do turismo rural perpassa também a agricultura familiar, as pequenas propriedades, sendo definido como uma atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores que mantêm as atividades típicas da agricultura, do espaço rural, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, oferecendo produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos (ZEN, 2005). Outras atividades que podem ser consideradas no espaço rural são com foco na educação ambiental e caracterizam-se pelo cunho educativo, relacionadas à conservação do meio ambiente no sentido mais amplo.

Neste sentido, pode-se citar o turismo rural pedagógico que consiste em envolver o indivíduo com o espaço, seja ele físico, geográfico, ecológico, entre outros. É uma prática que pode ser desenvolvida tanto no espaço urbano como rural. No caso do turismo rural pedagógico, esse envolvimento se dá entre o indivíduo e o espaço rural. Essas duas tipologias se diferenciam porque o TRP é uma atividade mais recente e, segundo Silva (2015), tem como instrumentos didáticos as atividades de exploração agropecuárias, os recursos naturais e culturais exclusivos das propriedades rurais.

O TRP caracteriza-se por um conjunto de atividades realizadas no espaço da propriedade rural, que utiliza como recurso didático as atividades agropecuárias, bem como, os recursos naturais e culturais do lugar. Além de utilizar outros espaços correlacionados, tem por objetivo facilitar o processo de aprendizagem, favorecendo a construção de novos conhecimentos e a integração de diferentes saberes (KLEIN; TROIAN; SOUZA, 2011).

Segundo os autores, o TRP não pode ser visto apenas como uma maneira diferente de explorar o turismo rural, e o turismo pedagógico, mas principalmente, como uma ferramenta pedagógica capaz de promover a articulação entre os saberes adquiridos em sala de aula com as diferentes realidades ambiental e cultural vivenciadas no meio rural. Nesse sentido, as propriedades rurais passam a receber um novo enfoque, tornando-se ambientes valorosos do ponto de vista pedagógico, na medida em que possibilitam a realização de uma ampla gama de atividades educativas, utilizando como recurso didático a produção agropecuária, os recursos naturais e culturais.

Vianna (2014), aponta que o TRP é uma atividade nova no Brasil, e que deve ser analisada de forma abrangente. Segundo a autora o TRP permite ao estudante aprimorar seus conhecimentos de forma dinâmica, unindo o turismo com a educação, porém para isso existe a necessidade de deslocamento, tempo, manifestações culturais, meio ambiente, entre outros aspectos.

O TRP já é desenvolvido em países como a Noruega, Dinamarca e Suécia desde o século XX. Por volta dos anos de 1970 a ideia chega a Grã Bretanha e Bélgica. Na Itália o TRP, que é chamado de *Fattorie Didattiche*, tem seu início nos anos de 1990, chegando alguns anos depois a aproximadamente 300 propriedades espalhadas por várias regiões da Itália. O último levantamento realizado no ano de 2010 resultou em cerca de 1.930 propriedades *Fattorie Didattiche* credenciadas a nível regional e/ou provincial, concentradas principalmente em *Emilia-Romagna, Lombardia, Veneto, Piemonte e Puglia* (ITALIA, 2016).

O rápido crescimento do TRP nesses países, tanto em quantidade como em qualidade dos serviços oferecidos, se dá devido a motivos como a criação de um maior contato entre as zonas urbana e rural; promoção, disseminação e educação sobre as tradições, os costumes e a cultura rural; valorização do trabalho no campo por meio de uma vivência ou experiência direta (ITALIA, 2016).

No Brasil, as primeiras iniciativas voltadas ao TRP surgiram por volta de 2005 no Estado de São Paulo, numa parceria entre o Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural (Idetur), com o apoio da Associação Brasileira de Turismo Rural de São Paulo (ABRATURR-SP) e da Diretoria de Turismo da Agência de Comunicações ECA Jr., Empresa Junior da Universidade de São Paulo (USP). A partir de 2011 outras iniciativas e projetos foram sendo criados no sentido de desenvolver atividades pedagógicas em propriedades rurais, principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

É importante destacar, segundo Silva (2015), que no contexto europeu as propriedades pedagógicas não possuem profissionais da área da educação, como professores e assistentes, para

instruir as atividades pedagógicas, mas sim agricultores experientes, que têm habilidades críticas para responder as dúvidas e curiosidades dos visitantes, não apenas quanto às atividades agrícolas e da pecuária, como também sobre os valores sociais, econômicos e ambientais das atividades desenvolvidas. No Brasil, grande parte das propriedades segue esse modelo europeu de TRP, no qual os proprietários-agricultores são responsáveis em recepcionar os visitantes passando todas as informações necessárias, toda a experiência e conhecimento que possuem sobre o meio rural.

A função educativa da agricultura desenvolvida por meio do turismo rural pedagógico desempenha um importante papel na sociedade atual, pois permite o contato do indivíduo com as vivências do meio rural.

### **Metodologia**

Os procedimentos metodológicos utilizados contemplam uma pesquisa com abordagem qualitativa. Para Creswell (2010), estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender processos vividos por grupos sociais, entender as particularidades do comportamento de determinados grupos de indivíduos, sendo um método mais interpretativo e subjetivo.

Neste caso, o estudo busca descrever a função educativa da agricultura, a partir de pesquisa teórica, já que apresenta os saberes e fazeres do homem do campo e sua relevância para o conhecimento de estudantes a respeito desse contexto e de seus processos, além de descrever também as características da propriedade estudada. Contempla ainda um caso de estudo único, já que a investigação foi realizada em apenas uma propriedade rural.

O método de pesquisa qualitativo refere-se, neste estudo, à utilização da observação sistemática e de uma entrevista estruturada com o proprietário do estabelecimento rural onde a pesquisa foi realizada. A observação sistemática gerou as notas de campo, utilizadas na apresentação dos dados, bem como, as respostas obtidas por meio da entrevista estruturada.

Os aspectos observados e o roteiro de entrevista tiveram por base um modelo de projeto de TRP em propriedades rurais apresentado por Klein (2012). O modelo não foi utilizado na íntegra, apenas a terceira e quarta etapas, parcialmente. A terceira etapa refere-se ao diagnóstico do território, o qual contempla: a) identificar o público potencial; b) identificar a distribuição geográfica dos públicos; c) localizar a estrutura em seu ambiente físico. A quarta etapa propõe um diagnóstico do local: a) abordagem da paisagem; b) situação de acessibilidade; c) inventário das construções e terreno; d) características da produção.

Os dados foram coletados nos meses de março e abril de 2017, sendo realizada primeiramente a entrevista com o proprietário, e a partir das informações levantadas na entrevista foram feitas as observações *in loco*, considerando, tanto para a entrevista como para a observação, as duas etapas citadas do modelo proposto por Klein (2012).

### **Apresentação dos Dados da Pesquisa**

O TRP pode ser desenvolvido em pequenas propriedades de agricultura familiar, pois não requer uma grande estrutura física, já que o objetivo é proporcionar aos estudantes o contato com a vida e os afazeres do campo. De acordo com Klein (2012), o TRP pode ser desenvolvido em qualquer tamanho e tipo de propriedade rural. Então, definiu-se como campo deste estudo o Sítio Bela Vista do Paraíso, uma pequena propriedade rural familiar, localizada às margens da PR 090, Km 410, a 26 km da cidade de Londrina-PR.

Os resultados parciais obtidos por meio do levantamento de dados demonstram que, a paisagem da propriedade é composta por árvores nativas, como canafístula, angico, açoita cavalo e pinheiro do Paraná, riacho com aproximadamente 15 metros da margem de mata ciliar, vista para um vale com alcance de aproximadamente 50km.

Quanto à acessibilidade, a sede da propriedade fica a 250 metros da PR 090, com estacionamento para carros, vans e ônibus. O acesso à sede onde fica a recepção para os visitantes possui rampa de acesso e banheiros adaptados. A área total da propriedade é de 93.000 m<sup>2</sup>, com terreno em declive, casa com 250 m<sup>2</sup> onde fica a sede e recepção dos visitantes, com cozinha para a produção de refeições e espaço para servir aproximadamente 30 refeições/dia, entre café da manhã, almoço e lanche da tarde, água potável de poço artesiano com percentual hidrogeniônico (pH) de 7,5, ideal para o consumo humano. Ainda em relação à infraestrutura, a propriedade também possui galinheiro e galpão para máquinas.

Sobre as características de produção, a propriedade possui quatro açudes com criação de lambaris e tilápias, produção de hortifrutigranjeiros, como hortaliças e legumes produzidos sem o uso de agrotóxicos, pomar com 40 árvores frutíferas de diferentes tipos (pêssego, laranja, maçã, nectarina, entre outros), criação de frangos e projeto de implantação de um capril para criação de carneiros.

A respeito do público que poderá ser beneficiado com o desenvolvimento do TRP na região, compõe-se por estudantes da rede pública de ensino, municipal e estadual, do Núcleo de Ensino de Londrina, que totaliza 19 municípios, com 381 escolas e cerca de 134.650 estudantes (PARANÁ, 2016). Para este estudo, não foram levantadas as escolas particulares da região, que também podem beneficiar-se com o TRP.

As atividades pedagógicas, com foco na educação ambiental, a serem desenvolvidas com os estudantes visitantes, envolvem além de observação e vivência dos afazeres do campo, brincadeiras e jogos pedagógicos, aulas de campo, as quais deverão contemplar os conteúdos ministrados nas disciplinas estudadas.

Algumas melhorias nas propriedades que desenvolvem o TRP são necessárias para criar um ambiente adequado para receber os estudantes, onde possam ser realizadas oficinas, atividades lúdicas e educacionais. As mudanças estruturais variam de acordo com cada propriedade, o ideal é que utilizem recursos físicos já existentes, como aposentos ociosos, galpões, móveis e utensílios, os quais recebem um novo uso e valor agregado (KRAUS, 2015). Assim, não são necessários grandes investimentos nas propriedades, pois a finalidade principal do TRP é gerar renda complementar e valorizar os conhecimentos e saberes práticos do agricultor.

Dessa forma, podem ser feitas algumas recomendações no sentido de viabilizar o desenvolvimento do TRP na propriedade em estudo, com base no estudo de Klein (2013), como: construção de um espaço coberto para realizar as atividades educacionais dos estudantes; realização de um diagnóstico mais detalhado da propriedade, levantando os tipos de atividades pedagógicas/educacionais que podem ser desenvolvidas durante a visita dos estudantes; participação em cursos de capacitação voltados ao turismo rural e a educação ambiental, objetivando aprofundar os conhecimentos acerca das atividades do TRP.

### **Considerações Finais**

Os resultados parciais obtidos por meio da pesquisa realizada, demonstram ser possível desenvolver o TRP na propriedade estudada, pois esta possui infraestrutura condizente com as propostas de desenvolvimento do TRP e contempla um número significativo de atividades agropecuárias que vêm de encontro com as práticas educativas recomendadas para esse modelo de projeto.

As atividades desenvolvidas na propriedade estão relacionadas à agricultura familiar e a produção procura seguir os padrões da agroecologia ou da agricultura orgânica, o que irá demonstrar aos estudantes a importância de uma vida mais saudável por meio de uma alimentação adequada e livre de agrotóxicos, a preservação do meio ambiente, bem como, proporcionará as vivências e experiências dos afazeres do campo. Este modelo de produção preocupa-se com a sustentabilidade, demonstrando a importância da construção de uma sociedade com melhor qualidade de vida.



O desenvolvimento do turismo rural pedagógico no Sítio Bela Vista do Paraíso está de acordo com as propostas dos modelos teóricos levantados, ou seja, demonstra que o *locus* de estudo possui as condições fundamentais de reprodução de conhecimentos e modos de vida no espaço rural, com foco no desenvolvimento rural sustentável.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: UNICAMP, 1992.

ASSIS, Renato L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**. vol.10. n.º.1. Ribeirão Preto, Jan./Mar. 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-80502006000100005](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502006000100005). Acesso em: 24 ago. 2017.

AZEVEDO, Elaine; SCHMIDT, Wilson; FOLLADOR, Karen. Agricultura familiar orgânica e qualidade de vida: um estudo de caso em Santa Rosa de Lima – SC. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v.6. n.3. 2011, p.81-106. Disponível em:

[http://orgprints.org/22990/1/Azevedo\\_Agricultura.pdf](http://orgprints.org/22990/1/Azevedo_Agricultura.pdf). Acesso em: 06 ago. 2017.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário** (MDA). Programa de turismo rural na agricultura família 2004/2007. Disponível em: <http://www.institutobrasilrural.org.br/download/20120220101524.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2017.

BRASIL. **Ministério do Turismo** (MTur). Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Diretrizes\\_Desenvolvimento\\_Turismo\\_Rural.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Desenvolvimento_Turismo_Rural.pdf). Acesso em 05 ago. 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São Paulo, 2009, p. 1-16. Disponível em: [https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2015/03/aspectos\\_hist%C3%B3ricos\\_e\\_conceituais\\_da\\_multifuncionalidade\\_-da\\_agricultura.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2015/03/aspectos_hist%C3%B3ricos_e_conceituais_da_multifuncionalidade_-da_agricultura.pdf). Acesso em: 24 jul. 2017.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre, Bookman, 2010.

CUBA, Marcos Antonio. Educação ambiental nas escolas. **Revista de Educação, Cultura e Comunicação** – ECCOM. Lorena/SP, v. 1. n. 2. Jul/dez 2010, p.23-31. Disponível em:

<http://unifatea.com.br/seer3/index.php/ECCOM/article/view/607>. Acesso em: 28 jul. 2017.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 1994.

GAVIOLI, Felipe Rosafa. Multifuncionalidade da agricultura e território: notas a partir de um estudo no assentamento Monte Alegre em Araraquara/SP. **Revista de Geografia Agrária**. v.6. n.11. Fev 2011, p.218-248. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/12069/8269>. Acesso em: 04 ago. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. Tese de Doutorado, UFRRJ. Rio de Janeiro/RJ, 2012. 280f. Disponível em: [http://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2012.tese\\_.Catia-Grisa.pdf](http://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2012.tese_.Catia-Grisa.pdf). Acesso em 22 jul. 2017.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GUIOMAR, J. P.; FERNANDES, N., NEVES. Modelo de análise espacial para avaliação do carácter multifuncional do espaço. **Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER)**, Faro, Universidade do Algarve. Nov. 2007, p. 1-13. Disponível em: \*\*\*

[http://sper.pt/oldsite/IIICER/Comunicacoes/NGuiomar\\_et\\_al.2\\_com.pdf](http://sper.pt/oldsite/IIICER/Comunicacoes/NGuiomar_et_al.2_com.pdf). Acesso em 10 jul. 2017.

ITALIA. **Fattorie Didattiche**. Disponível em: <http://www.fattoriedidattiche.biz/articoli-e-notizie/guide/fattorie-didattiche-in-italia.html>. Acesso em: 06 ago. 2017.

KLEIN, Angela Luciane. **Turismo rural pedagógico e a função educativa das propriedades rurais**: uma análise a partir do roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre-RS e do Projeto Viva Ciranda, Joinville-SC. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre/RS, 2012. 200f. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/70006>. Acesso em: 27 jul. 2017.

KLEIN, Angela Luciane; SOUZA, Marcelino. A Multifuncionalidade da Agricultura e a Função Educativa das Propriedades Rurais: experiências a partir da prática do turismo rural pedagógico. **Revista Turismo em Análise (USP)**. São Paulo, v.24. n.1. Abr 2013, p.190-205. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/64177/66864>. Acesso em: 25 jul. 2017.

KLEIN, Angela Luciane; SOUZA, Marcelino. Turismo rural pedagógico sob a perspectiva da multifuncionalidade da agricultura: experiências no sul do Brasil. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Universidad de La Laguna, Espanha, v. 12. n.3. Special Issue, 2014. p. 581-595. Disponível em: [http://www.pasosonline.org/Publicados/12314/PS0314\\_07.pdf](http://www.pasosonline.org/Publicados/12314/PS0314_07.pdf). Acesso em: 29 jul. 2017.

KLEIN, Angela Luciane; TROIAN, Alessandra; SOUZA, Marcelino. O turismo rural pedagógico e a educação ambiental: as ações pedagógicas desenvolvidas na Fazenda Quinta da Estância Grande – Viamão (RS). **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Porto Alegre/RS, v.27. Jul/Dez 2011, p.107-121. Disponível em: <http://docplayer.com.br/23422415-Rev-eletronica-mestr-educ-ambient-issn-v-27-julho-a-dezembro-de-universidade-federal-do-rio-grande-furg.html>

. Acesso em: 06 ago. 2017.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar**: uma realidade multiforme. Campinas: UNICAMP, 1993.

LOSEKANN, Marilse Beatriz; WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores. Desenvolvimento rural sustentável: perspectivas de inserção no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos, RD. **4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP**. São Paulo, pp. 446-468, 2008. <https://docplayer.com.br/124754-Desenvolvimento-rural-sustentavel-perspectivas-de-insercao-no-assentamento-alvorada-julio-de-castilhos-rs-1.html>. Acesso em 20 jun. 2017.

NIEDERLE, Paulo A.; ALMEIDA, Luciano; VEZZANI, Fabiane M. (Org.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

PLOEG, Jan Douwe Van der. **O modo de produção camponês revisitado**. In SCHNEIDER, Sergio. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ROOS, Alana; BECKER, Elsbeth Leia Spode. Educação ambiental e sustentabilidade. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental** - REGET/UFSM. Santa Maria, 2012, v.5. n.5. 2012, p.857-866. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/download/4259/3035>. Acesso em: 04 ago. 2017.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALAMONI, Giancarla. **Multifuncionalidade na organização do espaço pela agricultura familiar**: abordagens comparativas sobre a paisagem rural nos estados de MG, RS e SP. Projeto de Pesquisa Multifuncionalidade (UFPEL). Pelotas/RS, 2016. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/03/Projeto-de-Pesquisa-Multifuncionalidade-1.pdf>. Acesso em 04 ago. 2017.

SARTORI, Simone; LATRÔNICO, Fernanda; CAMPOS, Lucila M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Revista Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVII, n. 1, p. 1-22 jan.-mar. 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a02.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>. Acesso em: 18 jul 2017.

SEIDEL, Roberto Vergílio; FOLETO, Eliane Maria. Propostas de ações em educação ambiental visando a efetivação da legislação ambiental em áreas rurais no município de Santa Maria/RS. **Revista de Geografia**. Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, v.17. n.1. Jan/jun. 2008, p.43-72. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/5457/4966>. Acesso em 20 jul. 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Marielen Aline Costa. **A prática do turismo rural pedagógico**: aspectos motivacionais e impressões dos benefícios para as famílias e comunidades rurais. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre/RS, 2015. 123f. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/133001/000981246.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 jul. 2017.

SOARES, Nádia Bolzan. **Educação ambiental no meio rural**: estudo das práticas ambientais da Escola Dario Vitorino Chagas, Comunidade rural do Umbu, Cacequi/RS. Monografia de especialização da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria/RS, 2007. 89f. Disponível em: <http://jararaca.ufsm.br/websites/unidadedeapoio/download/Nadiamono.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

VIANNA, Thaisa Emanuelli. O turismo rural pedagógico na educação ambiental como ferramenta complementar do ensino fundamental. **Revista Eletrônica Turismo e Sociedade**. Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba/PR, v.7 n.4. Out. 2014, p.755-774. Disponível em: <http://www.revistas.ufpr.br/turismo/article/download/36366/25653>. Acesso em: 16 ago. 2017.

WATANABE, Kássia; SCHMIDT, Carla Maria. A multifuncionalidade da agricultura e suas externalidades positivas para o desenvolvimento local. **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural** (Sober). 2008. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/ags/sbrfsr/113380.html>. Acesso em: 14 ago. 2017.

ZEN, Solange Racoski Bordim. **Turismo rural e sustentabilidade**: subsídios para elaborar um projeto de educação ambiental no ensino médio de Ubiratã-PR. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis/SC, 2005. 123f. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102338>. Acesso em: 15 ago. 2017.

ZOLDAN, Paulo Ceser; MIOR, Luiz Calos. **Produção orgânica na agricultura familiar de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2012. 94p.

**Recebido em 13/07/2020 – Aprovado em 02/09/2020.**